

O debate Gudin/Simonsen paralelo ao debate do cálculo econômico socialista

Rafael Galvão de Almeida

Doutorando em Economia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: rga1605@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa o contexto histórico do debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin sobre o papel do planejamento estatal na economia brasileira do pós-guerra. Ambos tinham visões diferentes de como se realizaria o desenvolvimento da economia brasileira: Simonsen defendia a intervenção ativa do Estado com o fim de fechar gargalos de produção e coordenar esforços de forma a aumentar a eficiência da produção brasileira; Gudin defendia a adoção de medidas de liberalização e incentivo à iniciativa privada. A oposição entre eles prefigura o antagonismo entre desenvolvimentismo e neoliberalismo. Tais posições assemelham bastante com as posições adotadas por socialistas e liberais durante o debate sobre o cálculo socialista que ocorreu uma década antes. Embora Simonsen tenha sido influenciado por outras tradições (como o institucionalismo antigo americano), ele defendeu as aplicações práticas de planejamento que emergiram daquele debate, Gudin foi diretamente influenciado pelas posições liberais, chegando a citar Hayek, Mises, Robbins e outros. Por fim, argumento que o debate pode abrir caminho para entender questões de complexidade na economia, e a relação entre complexidade da estrutura produtiva e desenvolvimento.

Palavras chaves: Roberto Simonsen; Eugênio Gudin; história do pensamento econômico brasileiro; controvérsia do planejamento; complexidade

Abstract: *This paper analyzes the historical context of the debate between Roberto Simonsen and Eugênio Gudin on the role of state planning in the post-war Brazilian economy. Both had different views on how to develop the Brazilian economy: Simonsen defended the active state intervention with the objective of closing production bottlenecks and to coordinate efforts in order to increase the productive efficiency; Gudin defended the adoption of liberalization policies and incentive to private entrepreneurship. Such positions resemble a lot the positions adopted by socialists and liberals during the socialist economic calculation debate, which occurred a decade before. Although Simonsen had been influenced by other traditions (such as the Old American Institutionalism), he defended practical applications of planning that emerged from that debate, Gudin was directly influenced by the liberal positions, citing Hayek, Mises and Robbins. In the end, I argue that the debate can open way to understand complexity questions in the economy and the relation between complexity of the productive structure and development.*

Key words: *Roberto Simonsen; Eugênio Gudin; Brazilian history of economic thought; planning controversy; complexity.*

JEL Classification: B20, B30, P11

1. INTRODUÇÃO

Qualquer um que estude a economia brasileira percebe que ela é bastante instável - o número de diferentes moedas durante todo o período independente é uma indicação clara disso. Por isso existem vários episódios de debates quanto aos rumos das políticas públicas, especialmente após episódios de grande transformação mundial. Um dos mais importantes foi o que ocorreu durante a fase final da Segunda Guerra Mundial, envolvendo os economistas Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, que ficou historicamente conhecida como a “controvérsia do planejamento”.

A controvérsia do planejamento se iniciou após a publicação do parecer “A planificação da economia brasileira”, escrito por Roberto Simonsen, apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, em 1994 e publicado no ano seguinte. O parecer coincidiu com a publicação de uma série de estatísticas econômicas sobre a renda brasileira e expôs um plano de se utilizar o planejamento estratégico a favor do crescimento econômico. Tal parecer foi duramente criticado por Eugênio Gudin, em seu relatório “Rumos de política econômica”, em que o acusa de sugerir políticas ruins e autoritárias para o Brasil. Por sua vez, a réplica de Simonsen, intitulada “O planejamento da economia brasileira” intensificou o debate, novamente criticando a ideologia liberal de Gudin e reafirmando a posição do planejamento necessário. Gudin, por sua vez, encerrou o debate com a “Carta à comissão de planejamento”, em que reafirmou sua posição e a inapetência das estatísticas oficiais brasileiras.

Os capítulos deste episódio foram reunidos numa coletânea publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 1977 e ganharam uma nova edição durante a gestão de Marcio Pochmann no IPEA (SIMONSEN, GUDIN, 2013). Como a controvérsia está inserida num contexto de fim da Segunda Guerra/começo da Guerra Fria, há vários fatores a serem considerados, como o fato de que houve influências tanto internas quanto externas.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira seção, será apresentada uma retrospectiva histórica da situação da economia brasileira; na segunda seção, as ideias e influência de Gudin e Simonsen serão apresentadas; na terceira, o debate entre os dois será resumido; na quarta seção, será introduzido o debate do cálculo econômico, que opôs liberais e socialistas e sua influência nos dois autores brasileiros; por fim, conclui-se que os efeitos do debate Gudin/Simonsen ainda estão presentes na economia brasileira.

2. SITUAÇÃO DA ECONOMIA

O debate ocorreu durante o fim da Era Vargas, na transição para a democracia. A importância do debate marca o final de uma era que mudou profundamente não só a economia nacional, mas também toda a economia mundial. A Grande Depressão foi o grande *turning point* da economia mundial, pois a diminuição do comércio exterior e o fim da ordem mundial regida pelo padrão-ouro e policiada pelo Reino Unido criaram espaço para várias mudanças, que culminaram na Segunda Guerra Mundial e, com o fim desta, o acordo de Bretton Woods.

O Brasil também sofreu os efeitos desta mudança. As exportações caíram de US\$445,9 milhões para US\$180,6 milhões de 1929 a 1932. Desde que se tornou o maior produtor mundial de café, o governo brasileiro adotou uma política liberal, intervindo ativamente no mercado apenas para manter o preço artificialmente valorizado (SUZIGAN, 1984). A diminuição do comércio internacional causada pela depressão prejudicou fortemente as exportações de café do Brasil. E não só o problema de exportação do café (pois o produto não é considerado um bem imprescindível, o que quer dizer que tem baixa elasticidade-preço): a Grande Depressão afetou negativamente o balanço de pagamentos e secou as reservas, porém a queda de importações foi maior do que a de exportações (ABREU, 1990, p. 74).

Além da situação externa ruim, o mil-réis se desvalorizou em 55%, gerando uma deflação na economia brasileira. O governo tentou segurar o valor da moeda, mas com pouca eficácia. A estratégia de política econômica foi o liberalismo retórico, liberando os controles cambiais, mas na prática o governo controlava pontualmente o câmbio. Era necessário para manter os preços internacionais de café, pois a parcela brasileira no mercado internacional era muito grande, e com isso tinha um poder grande de determinar preços.

O governo controlou o câmbio até 1934, e as receitas cambiais eram progressivamente liberadas de controle. Mesmo assim, a política cambial prejudicou o pagamento da dívida (o Brasil ainda estava pagando os *funding loans* de antes da virada do século). Houve ameaça de moratória, porém foi evitada após negociações, graças à missão Niemeyer, que conseguiu rolar a dívida.

A própria natureza da dívida brasileira era um entrave: havia pouca introdução de novas divisas porque a dívida brasileira não rendia juros. O câmbio instável criou um ambiente pouco receptivo a investimentos externos.

Durante este período, o governo agiu diretamente para manter a demanda agregada. A interpretação de Celso Furtado, de que a compra de sacas excedentes de café, a fim de sustentar a demanda agregada e garantir o poder econômico dos cafeicultores. Isso, aliado à desvalorização da moeda e os controles de importação, manteve a demanda agregada interna e criou oportunidades para o acúmulo de capital necessário à industrialização do país (o que pode ser chamado de primitiva substituição de importações). Esta é a interpretação mais aceita e tem resistido a críticas (ABREU, 1990; CANO, 2012).

A restrição das importações e a contínua demanda interna que resulta da receita gerada pelo programa de apoio ao café causou escassez de bens manufaturados e um conseqüente aumento em seus preços relativos, o que agiu como catalisador para uma arrancada na produção indústria. (BAER, 2009, p. 57).

As políticas de manutenção do preço do café indicavam que Vargas tinha interesse em manter as elites cafeicultoras no poder. Porém, uma análise mais acurada demonstra que Vargas aproveitou a oportunidade para alavancar a indústria brasileira.

Em adição, a recuperação econômica ocorreu de forma relativamente mais rápida no Brasil devido a essas políticas. O abandono do padrão-ouro nos estágios iniciais da crise também auxiliou a recuperação.

Depois de 1934 e até o Estado Novo estes alívios não conseguiram se estender. Para John Williams, do Federal Reserve de New York e chefe da missão americana de 1934, os problemas cambiais do Brasil só podiam melhorar com a recuperação do nível de comércio internacional, havendo pouca coisa que o governo brasileiro podia fazer; operação do controle cambial era necessário para garantir importações-chave; por fim, segundo sua recomendação, toda a cobertura cambial de exportações foi liberada.

Tais medidas não conseguiram evitar mais uma crise cambial em 1935, e a ameaça de nova moratória da dívida. O serviço de pagamento só não foi suspenso porque uma missão foi enviada a Washington e Londres, onde foram negociados acordos. Com isso, tinha duas taxas de câmbio: uma para importação, que ficou fixa até 1937, e outra para exportação, que era variável, dependendo das autorizações de venda do Banco do Brasil. Não havia monopólio deste, porém.

Este período também experimentou um aumento da capacidade industrial autóctone. O câmbio de importação desalinhado encareceu as importações, forçando os produtores brasileiros a buscar alternativas nacionais, além do uso de capacidade ociosa nas indústrias. Políticas fiscal e cambial expansionistas permitiram a sustentação da demanda nacional. Com isso, a maior parte do comércio com a maioria dos países diminuiu, com algumas exceções, como a Alemanha.

Com o estabelecimento do Estado Novo, em 1937, no campo político houve uma reversão das tendências de descentralização. Porém, houve uma mudança nas políticas econômicas. Houve um aumento de importações, o que diminuiu as divisas. Tal evento forçou a (re)adoção do monopólio cambial, em que apenas o Banco do Brasil tinha controle sobre o câmbio, o que demonstrou uma contradição entre política fiscal expansionista e manutenção do serviço da dívida. A situação mundial também não era favorável.

Com o crescimento da instabilidade econômica, foi enviada a Missão Aranha a Washington. A missão garantiu um novo fornecimento de crédito ao Brasil. Em 1939, foi adotado um novo regime cambial, com três taxas de câmbios: uma para pagamentos livres, outra para compromisso e mais uma para transações financeiras. As expectativas quanto a esse novo regime cambial não eram das melhores.

Mesmo assim, com a iminência de uma nova guerra na Europa, os Estados Unidos perceberam que não poderiam sustentar a economia brasileira indefinitivamente. “Curiosamente, foi no Departamento do Tesouro que emergiu a concepção de que os objetivos da política dos Estados Unidos quanto ao Brasil não deveriam limitar-se à solução dos usuais problemas cambiais; dever-se-ia considerar prioritariamente a possibilidade de conceder-se ajuda para que o Brasil ‘se tornasse mais produtivo’.” (ABREU, 1990, p. 92).

Durantes os anos iniciais da guerra, o Brasil viu suas exportações crescerem para os países aliados (a proximidade geográfica e o bloqueio naval aos países do Eixo definitivamente contribuiu). De fato, os anos de guerra foram um período de bonança para a economia brasileira: o esforço de guerra fez com que a capacidade industrial fosse plenamente utilizada, as reservas cresceram em um ritmo estável e o país se tornou um recebedor de capitais norte-americanos. A situação econômica era mantida graças a uma política fiscal expansionista, porém a preocupação com a inflação ficou no segundo plano.

Por um tempo, considerou-se que a ideologia liberal de mercado livre conseguiu fazer com que a economia brasileira melhorasse, pois o fornecimento de mercadorias aos aliados possibilitou trocas comerciais constantes. Porém, a situação mudou no fim da guerra:

Os EUA não apenas recusaram-se peremptoriamente a reajustar os preços de café, como pleiteavam insistentemente os países produtores, mas também se mostravam crescentemente hostis ao desenvolvimento de indústrias substitutivas de importações – que prejudicariam as exportações norte-americanas para o Brasil no pós-guerra – e não cumpriram suas promessas quanto ao suprimento de matérias-primas e bens intermediários e de capital escassos ao Brasil. (idem, p. 102).

É nesse contexto que ocorre a controvérsia entre Gudin e Simonsen sobre o planejamento econômico brasileiro.

3. PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO NA ÉPOCA

Para esta seção serão analisadas as influências no pensamento de Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, além de suas principais contribuições à história da economia brasileira. Uma nota deve ser dita: o debate ocorreu em 1945, Simonsen faleceu em 1948 e Gudin bem depois, e teve mais tempo para desenvolver seu pensamento.

3.1. Simonsen

Roberto Cochrane Simonsen teve uma vida agitada. Foi um empreendedor, no sentido mais firme da palavra. Após se formar em engenharia em 1909, ele trabalhou em várias empresas, tanto públicas quanto privadas e chegou a ser presidente de várias delas. Na década de 1930 começou a se envolver em política, chegando a participar da Revolução Constitucionalista em 1932 e foi eleito deputado em 1934; perdeu seu mandato durante o Estado Novo, mas foi eleito senador em 1945. Também foi presidente da Confederação Nacional da Indústria, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, membro da Academia Brasileira de Letras e ajudou a fundar a Escola Livre de Sociologia e Política e, em geral, incentivou a especialização profissional a fim de criar elites administrativas para servir à nação brasileira.

Por ser engenheiro de formação, ele se tornou economista autodidata, para trabalhar melhor nas empresas. Posteriormente se tornou um dos principais economistas da história do Brasil, com suas produções sobre a indústria e história do Brasil, sendo que *História Econômica do Brasil*, publicado em 1939, tornou-se uma das suas principais obras

e um clássico sobre história brasileira. Porém, desde sua inserção em debates sobre os rumos econômicos do Brasil, ele tinha uma preocupação profunda com o desenvolvimento:

Toda a intensa participação de Roberto Simonsen tinha como finalidade o desenvolvimento nacional e este desenvolvimento, em sua concepção, apenas seria possível através de políticas contundentes do Estado no planejamento de nossa economia; para tanto, a bandeira desfraldada pelo nosso autor, para esse desenvolvimento, é a bandeira do protecionismo. (RODRIGUES, 2005, p. 14).

O protecionismo era importante para Simonsen porque ele foi influenciado por dois autores: Friedrich List e Mihail Manoilescu¹. De acordo com Rodrigues, List o influenciou de um ponto de vista prático e teórico e Manoilescu com o ponto de vista “científico” (idem, p. 4-5). De fato, Simonsen utilizou argumentos históricos para defender a sua visão protecionista ao dizer que os países industrializados, França, Alemanha e Estados Unidos, só conseguiram se desenvolver porque defenderam suas indústrias nacionais de qualquer problema que as atingisse.

Sendo presidente de confederações industriais, era importante para Simonsen defender a indústria nacional. As condições analisadas na seção anterior explicaram como a indústria nacional aproveitou a Grande Depressão para expandir seu foco de ação, especialmente após a diminuição generalizada do comércio internacional.

Com a política fiscal mantendo a demanda, o grande objetivo aumentar a renda nacional, pois os bens industriais eram mais caros que os bens derivados de produtos primários e serviços. Por isso, a renda do brasileiro tinha que crescer a fim de que o consumo de bens industriais também crescesse. Não somente isso, mas Simonsen tinha a visão de que o aumento da renda nacional também se traduziria numa melhoria das condições de vida e o “perigo vermelho” seria evitado.

Tais consequências, para ele, não podiam ser alcançadas somente com especialização em agricultura. O problema da agricultura é que a demanda internacional por produtos agrícolas era muito instável. O exemplo do café no Brasil foi importante para demonstrar seu ponto: devido ao fato de que o café não era um alimento estritamente necessário (i.e. com demanda inelástica), a demanda internacional diminuiu (especialmente após a safra recorde no final da década de 1920), a balança comercial sofreu reveses durante os primeiros anos da década de 1930. Foi nesse contexto que a crença de Simonsen que apenas a industrialização poderia trazer o desenvolvimento foi corroborada.

Para garantir o desenvolvimento da indústria, a intervenção pontual do Estado era necessária. Porém Simonsen não apenas defendia protecionismo, mas também que

¹ Ele patrocinou uma edição de Manoilescu. Este livro ganhou nova edição em 2011 (ver MAZAT, 2011).

o Estado interviesse quando houvesse uma falha de mercado ou uma oportunidade de empreendimento que não fosse viável à iniciativa privada:

O Estado deveria estar presente, contudo, sem concorrer com a iniciativa privada, pelo contrário. Para tanto, deveria este Estado promover um planejamento econômico e principalmente uma política aduaneira protecionista e não somente de caráter fiscal, porque sendo a indústria uma atividade superior em relação à agricultura, ela promove, em última instância, nosso desenvolvimento econômico, pois a indústria remunera melhor o seu trabalhador e concorre para a elevação da renda nacional; com isso, nosso país se tornaria mais rico, em melhores condições de concorrer com os demais países com os quais possui uma relação comercial. (idem, p. 26).

Porém, Simonsen estava ciente dos problemas relativos ao apoio estatal, especialmente pelo fato de que alguns industriais utilizavam o protecionismo para garantir rendas ao invés de promover o desenvolvimento nacional.

Por fim, Simonsen defendeu a administração racional dos recursos. Ele também foi influenciado pelos institucionalistas americanos, na época do New Deal (CAVALIERI; CURADO, 2015). Pode se dizer que ele até mesmo morreu defendendo isto, pois veio a falecer durante um discurso em homenagem ao primeiro-ministro belga, em que ele o elogiava por ter feito intervenções pontuais na economia.

3.2. Gudin

Gudin, em muitos aspectos, era a contrapartida perfeita para Simonsen. Também formado em engenharia, em 1905, também foi dono de um currículo invejável. Passou por empresas públicas e privadas, ocupando cargos de lideranças em ambas, sem dúvida um empreendedor. Seu envolvimento com a política foi menor do que Simonsen, sendo um dos delegados brasileiros em Bretton Woods e ministro da Fazenda no governo Café Filho. Trabalhou também pela regulamentação da profissão de economista e na reforma do currículo de economia e participou da criação da Fundação Getúlio Vargas e do Ibre. Bielschowsky dá a ele o título de patrono dos economistas brasileiros (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 40).

Assim como Simonsen, tornou-se economista autodidata, porém mais tarde, durante a década de 1930, com um diferencial: enquanto Simonsen se concentrou na análise histórica, seguindo os economistas desenvolvimentistas e institucionalistas, Gudin se apoiou em economistas teóricos, tanto monetaristas quanto liberais. Suas principais influências foram Jacob Viner e Gottfried Haberler.

Sobre a influência destes economistas, o pensamento de Gudin se alinhou ao liberalismo econômico e o princípio de não intervenção, em que a intervenção estatal na economia seria a menor possível. Gudin era da opinião que se os mercados foram autorizados a funcionar com o mínimo de intervenção possível, os resultados seriam os melhores possíveis. Assim, ele também seguia à risca o princípio de divisão internacional

do trabalho, em que seria vantajoso aos países que se especializassem em produzir e exportar aqueles produtos em que sua produtividade era maior.

Se os fatores políticos não intervierem nos fatores econômicos haverá, a seu ver, um progresso harmônico que é natural do sistema e que só pode ser rompido por decisões políticas equivocadas; cada país deve fazer o possível para se aproveitar desse progresso. (RODRIGUES, 2005, p. 35).

Nesse aspecto, identificou três causas da Grande Depressão: progresso tecnológico (o que causou o ajuste estrutural, pois a introdução de novas tecnologias eliminou empregos e criou novos), problemas políticos (elevação do protecionismo internacional, fragmentação política na Europa, intervencionismo), e motivos financeiro-monetários (problemas de política econômica, especialmente padrão-ouro, desequilíbrio cambial, fora da taxa natural); além desses fatores, a ascensão dos Estados Unidos como potência foi um fator importante, pois eles se tornaram os credores mundiais e ainda tinham superávits na balança comercial, pois, para Gudin, os países não podiam pagar a dívida com os EUA e ao mesmo tempo exportar seus produtos.

Gudin acreditava que o comércio internacional era a chave do desenvolvimento. Ao invés de adotar uma estratégia mercantilista de “exportar muito, importar pouco”, o que deveria ser adotado era “exportar muito, importar muito”. Ele defendia um aumento generalizado do comércio internacional para o desenvolvimento nacional e mundial, em que cada país se especializasse naquilo que produz melhor. Ele até mesmo criticou a baixa cambial por diminuir a inserção internacional do Brasil.

Assim, a ideia de que países agrícolas fossem condenados ao subdesenvolvimento e países industriais fossem automaticamente ricos não fazia sentido para ele. O princípio de vantagens comparativas garantiria o desenvolvimento.

Outra ideia que também o influenciou durante toda sua vida foi a de que a economia brasileira está em pleno emprego (ou estava, na época em que ele escreveu). Logo, os dois principais problemas da economia brasileira eram baixa produtividade e “hiperemprego”: devido ao fato de que a população economicamente ativa ocupava os postos produtivos de forma integral, restando apenas o desemprego friccional e daqueles que não desejavam trabalhar. Portanto, qualquer movimento de força de trabalho (como da agricultura para a indústria) iria gerar perdas de eficiência e produtividade e violar o princípio de vantagens comparativas.

Para Gudin, governar é escolher. Tais escolhas não devem prejudicar a utilização dos fatores de produção e seguir a “vocação” na nação. O excesso de protecionismo prejudica o consumidor e era responsável pela baixa qualidade de produtos e serviços no Brasil. Embora ele tenha defendido proteções “patrióticas” à indústria, não para garantir privilégios injustos.

Porém, é importante lembrar que Gudin não era um economista teórico e sim um aplicado; era um liberal convicto, mas atento; a intervenção estatal deveria ser esparsa, porém pontual e pragmática, o que contrasta com a cruzada antiintervencionista, mas

não a contradiz. Assim, a classificação de Gudin como economista conservador requer cuidadosas qualificações.

4. CONTEÚDO DO DEBATE SIMONSEN/GUDIN

Com essa contextualização, é possível entender o debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin como um debate entre um representante da elite industrial que ganhou impulso durante a Era Vargas e um representante da elite agrária tradicional, ou seja, frações da classe dominante (LOPES, 2013, p. 138). Porém, seria um erro caracterizá-los apenas como interesses burgueses – sendo intelectuais, tanto Gudin quanto Simonsen tinham o desenvolvimento do Brasil como objetivo principal, independente de suas classes, e muitas vezes criticavam o oportunismo destas. Seus compromissos intelectuais eram mais fortes que seus compromissos de classe.

Embora possa haver elementos de agenda em seus discursos, esta é irrelevante; o mais importante é a discussão que o debate abriu uma discussão sobre o papel do Estado na economia e sobre os rumos de política econômica deveriam tomar.

De certa forma, o debate de 1945 já tinha começado em 1943, durante o I Congresso Brasileiro de Economia. O congresso contou com a presença do presidente Vargas e serviu como um fórum para discussão de políticas e rumos da economia brasileira. Além disso, demonstrou a importância do intercâmbio entre academia e política. Porém, ele também serviu para avançar o projeto industrialista (AQUINO, 2010).

Simonsen e Gudin discutiram principalmente sobre a necessidade do Banco Central (Simonsen defendeu que fosse um órgão coordenador da economia e do desenvolvimento, enquanto que para Gudin a única função deveria ser garantir liquidez na economia) e o tratamento da inflação (Gudin advogou a posição monetarista, excesso de meios de pagamentos que devem ser enxugado, enquanto que Simonsen acreditava que, embora fosse causada por emissão de papel-moeda, a inflação não estava alta o suficiente, devido aos baixos níveis salariais). Ainda assim, Gudin defendeu a tese “Produtividade e Preços”, em que defende o papel do país como exportador agrícola na divisão internacional do trabalho (porém não *exclusivamente* agrícola), enquanto que Simonsen não enviou nenhuma tese. Porém, foi nomeado presidente da I Comissão de Produção Agrícola e Industrial e apresentou o trabalho “Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de após Guerra”, em que defendia uma participação maior do Estado brasileiro para aumento da renda.

Tais colocações geraram discussões calorosas entre os vários participantes e continuaram até mesmo após o fim do congresso.

O debate próprio começou com o parecer de Simonsen, apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial em 1944, publicado em 1945. Foi importante porque a Missão Cooke tinha finalizado seus trabalhos. O grupo analisou o país de um ponto de vista regional, a fim de criar programas de desenvolvimento diversos.

A missão indicou uma série de fatores (hoje tão familiares a economistas desenvolvimentistas) que constituíam obstáculos ao crescimento industrial: um sistema de transportes inadequado,

um sistema de distribuição de combustível retrógrado, falta de recursos para investimentos industriais, restrições ao capital estrangeiro, restrições à imigração, instalações inadequadas para treinamento técnico e uma capacidade subdesenvolvida para a geração de energia, e assim por diante. (BAER, 2009, p. 63).

As conclusões da Missão Cooke foram aproveitadas por Simonsen em seu relatório. Outro fator importante foi a publicação de dados sobre a economia, pela Diretoria de Estatística e Previdência do Ministério da Fazenda.

Desde a primeira página, Simonsen defendeu o desenvolvimento da indústria como vetor para o desenvolvimento nacional. Citando Lee Hagar, ele compartilha da conclusão de que “civilizações agrárias” são dependentes e subdesenvolvidas na divisão internacional do trabalho.

A situação em setores industriais e de produção de energia ainda está aquém do potencial brasileiro. Tal situação de inadequação do parque produtivo e de sua qualidade poderia prejudicar a inserção do Brasil no comércio internacional do pós-guerra.

O padrão de vida do brasileiro também estava aquém do ideal. O índice de consumo médio do brasileiro era 25 vezes menor do que o americano. O baixo nível de renda poderia causar problemas sérios de longo prazo. “A prevalecer o lento ritmo observado em nosso progresso material, estaríamos irremediavelmente condenados, em futuro próximo, a profundas intranquilidades sociais.” (SIMONSEN; GUDIN, 2010, p. 44).

A fim de evitar problemas sociais e melhorar a renda do brasileiro, Simonsen propôs a planificação da economia brasileira:

Impõe-se, assim, a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações e prover o país de uma estruturação econômica e social, forte e estável, fornecendo à nação os recursos indispensáveis a sua segurança e a sua colocação em lugar condigno na esfera internacional. (idem).

Embora o termo “planejamento” estivesse associado ao termo “socialismo”, Simonsen fez questão de frisar que o planejamento que ele propunha era “científico” e “isento de ideologia”. Ele defendeu o desenvolvimento industrial baseado em planos quinquenais. O que Simonsen propunha era o gerenciamento científico da economia.

Seriam necessários empréstimos junto aos Estados Unidos e capitalização no exterior. As intervenções deveriam ser pontuais e discutidas com os setores produtivos, e sempre incentivar um envolvimento maior da iniciativa privada.

Como o ritmo de inovação industrial tem sido baixo, devido à baixa renda brasileira, precarização do aparelhamento econômico, ineficiência da estrutura produtiva e do setor privado, a planificação econômica era imperativa para corrigir os gargalos de

produção. Deve haver um cuidadoso planejamento do planejamento para que possa obter os resultados esperados.

Tal relatório foi enviado à Comissão de Planejamento Econômico e Eugênio Gudin foi incumbido de comentar sobre ele. Após fazer uma revisão do texto de Simonsen e dos comentários do conselheiro Ary Torres, ele dá sua opinião. Em primeiro lugar, ele se preocupa com uma crítica de natureza técnica a respeito do problema dos dados. Embora o esforço da Diretoria de Estatística e Previdência seja louvável, a qualidade dos dados ainda era muito ruim, portanto as estimativas estavam incorretas.

Então, ele parte para a crítica ao próprio conceito de “plano”. Citando o New Deal como fracassado, além das economias corporativas da Europa e dos planos quinquenais da Rússia, ele expressa ceticismo quanto à possibilidade de que o planejamento econômico seja eficiente.

Ele argumenta que o planejamento econômico é uma doutrina essencialmente mercantilista, em que o Estado se intrometia em todos os aspectos da vida econômica. Em contraposição, o *laissez-faire* é a negação do plano, de que o papel do Estado deveria ser limitado. A razão disso era porque a complexidade do sistema econômico aumentava à medida que a economia crescia. Logo, era melhor deixar que os mercados regulassem a si próprio. Tal liberdade para determinar seus próprios destinos foi o que possibilitou a economia liberal crescer e providenciar bem-estar à população.

Porém, essa situação foi abalada com a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão, embora ele seja enfático que a queda da economia liberal ocorreu por causa de intervenções políticas ruins e não pela própria economia liberal.

Com isso, ele passa aos exemplos históricos. Ele afirma que o New Deal fracassou e que Roosevelt voltou à economia liberal em 1938. O exemplo dos planos quinquenais da Rússia é irreplicável e Gudin faz questão de enfatizar o alto custo social que o governo soviético infligiu à população.

Ele também argumenta que o planejamento nos Estados Unidos e Reino Unido se referem à administração racional necessária para desmontar uma economia de guerra para uma economia civil. Nos Estados Unidos, principalmente, são organizadas associações para discutir os rumos de determinado setor, mas todas elas concordam que o lucro deve ser a variável mais importante para determinar o sucesso, algo que plano algum pode fazer. Planos só podem ser panaceias que curam nada. O objetivo de planos seria a socialização dos recursos, o crescimento de entraves burocráticos e a proteção de interesses reacionários.

Portanto, Gudin rejeita a planificação como meramente uma técnica, tal como Simonsen propalou. Para Gudin, é um erro dizer que o Estado pode forjar capital que a iniciativa privada não seria capaz. O Estado só pode afugentar capital privado se começar a expandir sua esfera de atuação. A competição, portanto, seria benéfica à economia, porque a disciplina competitiva premiaria as melhores empresas e impediria que qualquer firma parasitasse a estrutura estatal, como é o caso que Gudin descreve nas empresas brasileiras. Por isso, a função principal do Estado é a de estabelecer as regras

do jogo, e estas sugestões de política se tornarão o foco da segunda parte do texto de Gudin.

Gudin acreditava que o foco do governo deveria ser em lidar com problemas mais urgentes, como o da inflação. A emissão de meios de pagamento quadruplicou em dez anos e isso gerou inflação e desequilíbrio cambial, o que por sua vez prejudica a posição do Brasil no comércio exterior. Para barrar o crescimento da inflação, Gudin indica políticas austeras, que os bancos aumentem o volume reservas e liberalização das exportações.

Como foi enfatizado anteriormente, Gudin subscrevia à doutrina de vantagens comparativas. E um dos fatores principais desta é que há um equilíbrio entre as economias. Citando o mecanismo de equilíbrio como uma das principais descobertas que os economistas poderiam ter feito. Conhecendo isso, para Gudin existem três princípios que a comissão deve levar em conta:

- 1º princípio – Uma vez atingido o “emprego total”, novos empreendimentos farão subir os preços, mas não farão crescer a produção (Gudin acreditava que a economia brasileira esta em pleno emprego, por isso deslocamento de mão de obra, como da agricultura para a indústria, faria com que houvesse ineficiência).
- 2º princípio – Para uma situação de inflação e de emprego total (como a atual) o remédio é o de estancar a inflação e não o de tentar aumentar a produção (medidas de austeridade podem frear a inflação de forma mais eficiente).
- 3º Princípio – Porque se impõe a necessidade de moderar as “obras novas” (escolhas arbitrárias levam à ineficiência). (idem, p. 89-92).

Com isso era mais eficiente melhorar a produtividade de exploração dos recursos naturais e a infraestrutura em si, o que tornará o Brasil realmente competitivo. O problema é que, para Gudin, a mentalidade mercantilista de “exportar muito, importar pouco” ainda prevalecia nos formuladores de política brasileiros. O que deveria ser feito é “exportar muito, importar muito” para que houvessem ganhos de eficiência não só locais, mas também globais. Só assim o padrão de vida brasileiro vai melhorar.

Ele também criticou o protecionismo brasileiro porque a razão de taxas tão grandes era que eram uma fonte estável de receita do fisco. Gudin considerava tal atitude absurda e recomendou a reforma do sistema.

Por fim, ele rejeitou a associação entre especialização em produtos agrícolas e baixo desenvolvimento. Citando exemplos de Canadá, Austrália e Argentina, ele argumentou que economias primário-exportadoras podem muito bem se desenvolver se aumentarem a produtividade do produto agrícola. Melhorias de produtividade e de serviços (os exportadores brasileiros perderam muitas oportunidades porque não entregavam dentro dos prazos e mercadorias avariadas) seriam a chave para o desenvolvimento, não o protecionismo.

A réplica de Simonsen veio dois meses depois, em outro parecer enviado à Comissão de Planejamento. Ele defendeu seus cálculos, com base que era a melhor estimativa disponível, e foi feita de forma que ele considera rigorosa. Mas o foco principal

de sua réplica foram os comentários sobre planejamento. Ele reafirmou que as transformações causadas pela Grande Depressão e pela guerra necessitam de soluções que “demandam a ação intervencionista do Estado, quer no interior do país, através de uma adequada política monetária, social, de obras públicas e de toda uma série de medidas de ordem técnica, quer no ambiente internacional, pela obtenção de mercados que possam manter o ritmo do trabalho em nível conveniente.” (idem, p. 132). O grau de desenvolvimentos das técnicas de planejamento irá determinar como os países irão se adaptar a essa nova ordem mundial – Simonsen cita a Rússia como exemplo de país que terá sucesso em se adaptar, independente de sua falta de liberdades.

Novamente, ele argumenta que subdesenvolvimento e fragilidade da economia brasileira demanda que haja um planejamento racional dos recursos. Porém, até mesmo próprio planejamento pode ser problemático devido à falta expertise e coordenação.

Simonsen concorda que a produtividade é importante, mas ele também afirma que os países desenvolvidos obtiveram seu grau de desenvolvimento ao diversificar sua estrutura de produção. Mesmo que alguns tivessem ficado nos produtos primários, estes não se especializaram em apenas um deles, mas adotaram um leque de produtos que aumentaram suas possibilidades de produção:

Ora, não é possível assemelhar a estrutura econômica de países fortemente aparelhados e de produção diversificada industrial e agrícola, com a dos que exploram poucos produtos e, ainda estes, de natureza “colonial”. Essa é uma das causas da nossa permanente insuficiência e insegurança econômicas. (idem, p. 132).

Para Simonsen, “o planejamento representa uma coordenação de esforços para um determinado fim” (idem, p. 134), e o Estado liberal tem planejado desde que foi fundado. E é necessária uma teoria do planejamento para que as intervenções sejam as melhores possíveis, e que há uma demanda das classes produtoras para isso.

Apesar de a discussão ser teórica, Simonsen acusou Gudin ter rixas não resolvidas com seus opositores, que surgiram durante o I Congresso Brasileiro de Economia, além de ter atitudes contra a indústria nacional. Ele o acusa de ignorar o papel da industrialização no desenvolvimento dos países. Além disso, ele também argumenta que Gudin subestimou o papel do planejamento no setor privado americano. Acima de tudo, o New Deal não foi um fracasso, pois tinha a importância não só econômica, mas também social.

O que Simonsen mais criticou em Gudin foi a *aparente* inflexibilidade deste quanto ao papel do planejamento. Simonsen não conseguia ver “planejamento” e “democracia” tão antagônicos quanto Gudin, e também apontou que o regime de *laissez-faire* teve seus problemas como a formação de monopólio e, para usar um termo moderno, a precarização da situação do trabalhador (será que o socialismo teria surgido se a economia liberal tivesse entregado suas promessas à classe trabalhadora?). Para

Simonsen, somente com a proteção pontual da economia nacional é que haveria condições para a economia brasileira se desenvolver.

Por fim, Gudin encerrou sua participação com uma carta à comissão. Nela, ele critica a postura de Simonsen, citando as rixas no I Congresso Brasileiro de Economia. Ele reafirmou suas posições de crítica às estatísticas e ao planejamento. Ele afirmou que em nenhum momento ele quis declarar a indústria nacional como algo ruim, pelo contrário, a formação do solo brasileiro exige que haja diversificação da estrutura produtiva. Por falar em produtividade, o aumento da produtividade deveria ser a preocupação principal do país.

5. DEBATE DO CÁLCULO SOCIALISTA

O debate do cálculo socialista ocorreu durante as décadas de 1920 e 1930. Foi um debate que, ainda pouco estudado recente, teve grande repercussão. A razão disso era que a discussão abrangia um aspecto prático na ideologia socialista nascente: como fazer com que uma economia socialista funcionasse? Para o projeto socialista original, a economia de mercado seria abandonada para dar lugar a uma economia socialista em que os meios de produção seriam controlados pelo Estado e então dar lugar a uma economia comunista, na qual cada um receberia exatamente aquilo que contribuiu para a sociedade, ou seja, ele não é mais alienado do seu produto (ROBERTS, 1971).

Tal perspectiva, embora tenha inspirado ações socialistas por todo o globo, tinha seus críticos. Muitos deles apontaram problemas práticos reais no projeto socialista. Um dele foi Ludwig von Mises que em 1920 demonstrou que uma economia planejada era impossível de ser concebida, pois um dos fatores mais importantes do capitalismo era o mecanismo de preços. Nos projetos de economia socialista da época, não havia a pressuposição de um mecanismo de preços². Sem um mecanismo de preços, não há como comparar alternativas e o empresário não pode tomar uma decisão. Assim, “quando não há um mercado livre, não há mecanismo de preço; sem um mecanismo de preço, não há cálculo econômico” (MISES, 1920, traduzido). Para Mises, o sistema de mercado livre era superior, pois permitia ao próprio empresário definir, mudar e atualizar os preços de forma mais eficiente do que qualquer planejador central.

O desafio de Mises foi aceito pelos socialistas. Houve dois conjuntos de respostas: um que se concentrou na década de 1920, em língua alemã, e outro na década de 1930, em língua inglesa. O debate em língua inglesa foi o que obteve maior ressonância (BARBIERI, 2004, p. 82). Não convém a este artigo fazer uma análise exaustiva do debate, mas é necessário se focar no argumento socialista e na resposta austríaca.

Entre os socialistas, Oskar Lange foi quem deu a resposta mais conhecida. Lange escreveu que os administradores de uma economia socialista teriam os mesmos conhecimentos que o empreendedor capitalista, e por isso teriam o mesmo leque de opções, com uma vantagem do planejador socialista: por usar o conhecimento reunido

² Caldwell (1997) afirma que ele tinha em mente uma das propostas de Otto Neurath, filósofo positivista socialista, que defendeu que o sistema de planejamento da guerra poderia ser aplicado para uma economia em tempos de paz, e com isso tornar mecanismos de preços redundantes, pois a produção atingiria o ideal para cada cidadão. Tal argumento também não obteve boa acolhida entre outros socialistas.

de vários processos e disponível publicamente, o Comitê de Planejamento Central teria como comandar a economia para artificialmente atingir o nível ótimo de produção, previsto no modelo walrasiano (LANGE, 1936)³. Lange estava tão otimista em relação à possibilidade de que o socialismo real pudesse ser construído por meio da resolução de um sistema de equações⁴ que escreveu que o futuro edifício do Escritório de Planejamento Central de uma economia socialista teria uma estátua de Mises, por ter apontado este problema.

A resposta mais conhecida à ideia socialista de Lange foi dada por Friedrich Hayek (HAYEK, 1937; 1945). Ele procurou demonstrar que a economia real não opera em um regime de equilíbrio walrasiano. Pelo contrário, por não operar nesse sentido, o mercado é um processo de descoberta. As equações que Lange dizia existir não eram capazes de capturar a dinâmica do mercado de forma eficiente, ou que pudessem ser “domadas” em um sistema computadorizado. Logo, qualquer tentativa de intervir na ordem de mercado estaria fadada ao fracasso. E pior: devido aos poderes coercivos do Estado socialista, a liberdade individual de definir preços como bem entender estaria sendo violada no momento em que o Estado socialista definisse preços e ordenasse a produção. “Planejamento na prática não é controle científico; é intervenção ignorante em uma ordem que permanece fundamentalmente fora do controle de qualquer pessoa.” (LAVOIE, 1986, traduzido).

O saldo do debate foi que Lange e os socialistas conseguiram demonstrar que, em teoria, não há diferença entre uma economia capitalista e uma socialista no modelo walrasiano. Logo, instrumentos de planejamento e intervenção poderiam ser usados. Porém, com a queda do muro de Berlim e com a crescente complexidade da economia, a contribuição de Hayek e dos austríacos não pode ser ignorada. O debate do cálculo ainda está longe de terminar⁵, porém para os fins desse artigo esta breve exposição foi suficiente.

5.1. Relação com o debate brasileiro

O debate do cálculo socialista parece ter influenciado o debate sobre o planejamento. Gudin tem uma argumentação muito parecida com a dos liberais. Dificilmente ele discordaria da afirmação de Don Lavoie: “Os planejadores não estão realmente planejando, mas interferindo violenta e arbitrariamente numa ordem econômica que eles não entendem.” (LAVOIE, 1986, traduzido). Em toda a sua argumentação, ele sempre apontou para a colocação de que o mercado, ao deixar resolver seus próprios problemas, vai resolvê-los de forma mais eficiente e menos custosa.

Em sua argumentação, Gudin cita Hayek, Mises, Robbins e outros autores liberais que participaram do debate. A ideia de que o indivíduo tem poder para criar algo tão

³ Burczak (2006, p. 32) lembra que Lange acreditava que o modelo walrasiano providenciava uma visão acurada da economia real.

⁴ Posteriormente, Lange se dedicou à econometria e à cibernética a fim de tornar isso real. Em 1967, num escrito *post mortem*, ele escreveu que simplesmente “podia-se colocar as equações simultâneas num computador eletrônico e obteríamos a solução em alguns segundos” (LANGE, 1967, p. 158, traduzido).

⁵ Ver, por exemplo, (AGAFANOW; HAARSTAD, 2009) e (BARBIERI, 2012).

complexo quanto a economia de mercado justifica o princípio da não intervenção. Devido ao fato de que os socialistas intencionavam usar o poder de produção e distribuição do Estado a fim de prosseguir o seu projeto, os liberais argumentavam que isso só geraria restrição das liberdades individuais. Tal fato parece ter sido confirmado quando socialistas modernos insistem em afirmar que os regimes socialistas da Guerra Fria eram Estados burocráticos sustentados pelo capitalismo de Estado.

Simonsen, por outro lado, não parece ter acompanhado os debates teóricos entre socialistas e liberais. Porém, ele estava plenamente ciente das técnicas de planejamento utilizadas em países capitalistas e socialista que foram um desenvolvimento aplicado e direto deste debate. Simonsen era, acima de tudo, um homem prático: pouco simpático ao socialismo, ele estava disposto a aproveitar o que este tinha produzido de melhor, i.e., as técnicas de planejamento a fim de frear seu avanço. Mesmo assim, sua ideia de planejamento deriva principalmente do pensamento de autores institucionalistas americanos (CAVALIERI; CURADO, 2015).

Sua praticidade é, sem dúvida, derivada de seu período como administrador de empresas estatais e privadas. Para ele, administrar uma nação era como administrar uma grande empresa⁶. E quanto maior fosse uma empresa, mais complexa esta seria. Portanto, quanto mais complexa a economia, maior será a necessidade de intervenção estatal para coordenação, principalmente. Este conceito se refere à lei de Wagner, em que a correlação entre expansão da economia e o nível de intervenção estatal é positiva⁷.

E Simonsen estava ciente de conceitos que viriam a ser estudados em complexidade. Como a citação da página 132 de (SIMONSEN; GUDIN, 2015), demonstra, ele estava ciente de que existiam vários problemas para desenvolver o Brasil e tornar a estrutura de produção mais complexa era um deles. Porém, este se tornou um argumento secundário no debate, uma linha a qual Simonsen não seguiu.

6. CONCLUSÃO

Gudin e Simonsen representaram duas tendências divergentes no pensamento econômico brasileiro, que é a de liberalismo e desenvolvimentismo. Ambos tiveram os interesses da nação em primeiro lugar e tinham consciência de que a estrutura institucional brasileira incentivava o comportamento oportunista⁸ e que precisava ser reformada urgente. Mesmo assim divergiram quanto ao papel do Estado.

⁶ Coincidentemente, esta foi a contribuição de Coase ao debate do cálculo. Ver BYLUND (2014).

⁷ “Observation, as can be proved historically and statistically, shows that there exists in the State a clear tendency for an expansion of public, respectively State activities together with the progress of the economy and of culture in the domains of the two organic State purposes. This expansion appears as something so regular and can so clearly be traced back to its inner causes and prevailing conditions that it seems to be permitted to speak of a «Law» of an increasing expansion of public (including communal), especially State activities in the sense in which this term is being and justifiably can be employed in the field of social and economic phenomena.” (BIEHL, 2004; não traduzido por ser uma tradução do alemão, contida no artigo em inglês).

⁸ Aquino contrasta a acomodação dos industriais brasileiros com o espírito empreendedor de Simonsen: “Isso porque, enquanto para Simonsen o ‘Homem de Empresa’ é o maestro que rege essa complexa

Tal debate ainda ecoa na economia brasileira. O período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) governou pode ser considerado um experimento desenvolvimentista (RIDENTE, 2010), e com a crise política de 2015, muitas críticas estão sendo feitas. Guimarães (2015), por exemplo, faz vários argumentos que se assemelham muito com a argumentação neoliberal de Gudin.

Por outro lado, o debate sobre o cálculo socialista também tem efeitos na atualidade. A questão do que deve ser planejado e do que deve ser deixado ao mercado ainda ecoa nos formuladores de política. Uma economia complexa não deve sofrer intervenções estatais, mas deve garantir que nenhum ator possa querer influenciar demais o processo, e por isso o Estado deve intervir, de acordo com os liberais. Por outro lado, se a Lei de Wagner estiver correta, uma economia complexa pode representar um desafio à organização espontânea⁹ do mercado.

E estudos sobre complexidade do processo produtivo podem ser um campo fértil de análise econômica, devido à sua correlação com o desenvolvimento econômico¹⁰. Se isso for confirmado, pode se argumentar que Simonsen tinha razão, ou pelo menos que tocou num ponto muito importante e reconstruir as posições de Simonsen e Gudin sobre complexidade (especialmente considerando que o termo não era largamente utilizado quando eles escreveram) é assunto para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje. In: D'ARAUJO, M. C. (org.) **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 119-136.

_____. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: _____. (org.) **A ordem do progresso: Cem anos de política econômica e republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 73-104.

AGAFANOW, A.; HAARSTAD, H. El socialismo del siglo XXI: ¿ Una alternativa factible? **Revista de Economía Institucional**, v. 11, n. 20, p. 287-307, 2009.

AQUINO, A. I Congresso Brasileiro de Economia 1943: atores, intelectuais e ideologias na constituição de uma consciência de classe entre os industriais e a consolidação do projeto industrialista. **Plural**, v. 17, n. 1, p. 59-88, 2010.

BAER, W. **A economia brasileira**. Tradução de Edite Sciulli. 3ª edição revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Nobel, 2009. [1995].

sinfonia do desenvolvimento, ocupando, portanto, postos de decisão no Estado, para a média dos industriais, o Estado é um assistente para seus negócios.” (AQUINO, 2010).

⁹ Em referência ao conceito de “ordem espontânea”. Ver (BARRY, 1982) e (SUGDEN, 1988).

¹⁰ Ver, por exemplo, o Observatório de Complexidade Econômica, do MIT:

<<https://atlas.media.mit.edu/pt/>>.

BARBIERI, F. **História do debate do cálculo socialista**. São Paulo: USP, 2004. (Tese de Doutorado), 2004.

_____. A retomada do debate do cálculo econômico socialista: economia da informação, escolha pública e a crítica austríaca. **Estudos Econômicos**, v. 42, n. 2, p. 401-427, 2012.

BARRY, N. The tradition of spontaneous order. **Literature of Liberty**, vol. 5, n. 4, p. 7-58, 1982.

BIEHL, D. Wagner's law: an introduction to and a translation of the last version of Adolph Wagner's text of 1911. **Journal of European Economy**, v. 3, n. 1, p. 5-15, 2004.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. [1988].

BURCZAK, T. A. **Socialism after Hayek**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.

BYLUND, P. L. Ronald Coase's 'Nature of the Firm' and the argument for economic planning. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 36, n. 3, p. 305-329, 2014.

CALDWELL, B. Hayek and socialism. **Journal of Economic Literature**, vol. 35, p. 1856-1890, 1997.

CANO, W. Da década de 1920 à de 1930: Transição rumo à crise e à industrialização. **Revista de Políticas Públicas**, v. 16, n. 1, p. 79-90, 2012.

CAVALIERI, M. A. R.; CURADO, M. L. As influências norte-americanas de Roberto Simonsen: controle social, institucionalismo e planejamento. **Estudos Econômicos**, 2015 (no prelo).

GUIMARÃES, B. **A riqueza da nação no século XXI**. [s.l.]: Publicação própria, 2015. Edição Kindle.

HAYEK, F. Economics and knowledge. 1937. In: _____. **Individualism and economic order**. Chicago: University of Chicago Press, 1980, p. 33-56.

_____. The use of knowledge in society. 1945. In: _____. **Individualism and economic order**. Chicago: University of Chicago Press, 1980, p. 77-91.

LANGE, O. On the economic theory of socialism: Part One. **Review of Economic Studies**, v. 4, no. 1, p. 53-71, 1936.

_____. The Computer and the Market. In: FEINSTEIN, C. H. **Socialism, capitalism and economic growth: Essays presented to Maurice Dobb**. Cambridge: Cambridge University Press, 1967, p. 158-161.

LAVOIE, D. Political and economic illusions of socialism. **Critical Review**, v. 1, n. 1, p. 1-35, 1986.

LOPES, T. C. Da controvérsia ideológica entre Simonsen e Gudin ao debate sobre o planejamento econômico no Brasil. **Revista de Economia Política e História Econômica**, v. 9, n. 30, 135-172, 2013.

MAZAT, N. Resenha: Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional. **Oikos**, v. 10, n. 2, p. 294-300, 2011.

MISES, L. **Economic calculation in the socialist commonwealth**. 1920. Disponível em <http://mises.org/pdf/econcalc.pdf>, acessado em 15 de fevereiro de 2010.

RIDENTE, M. Vinte anos após a queda do muro: a reencarnação do Desenvolvimentismo no Brasil. **Revista USP**, n. 84, p. 50-57, 2010.

ROBERTS, P. C. Oskar Lange's theory of socialist planning. **Journal of Political Economy**, v. 79, n. 3, p. 562-577, 1971.

RODRIGUES, C. H. L. **A questão do protecionismo no debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin**. Campinas: Unicamp, 2005. (Dissertação de Mestrado), 2005.

SIMONSEN, R. C.; GUDIN, E. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. 3ª edição. Brasília: IPEA, 2013. [1977].

SUGDEN, R. Spontaneous order. **Journal of Economic Perspectives**, vol. 3, n. 4, p. 85-97, 1989.

SUZIGAN, W. Notas sobre o desenvolvimento industrial e política econômica no Brasil na década de 30. **Revista de Economia Política**, v. 4, n. 1, p. 132-143, 1984.